



manual por operador humano) conduz à vantagem competitiva dos licitantes que detêm a tecnologia sobre os demais participantes, o que ofende ao princípio da isonomia e ao caráter competitivo do certame (art. 3º da Lei 8.666/1993 e o parágrafo único do art. 5º do Decreto 5.450/2005). (Grifei)

Observe-se que tal prática já foi observada em outras unidades da federação e rechaçadas de pronto por caracterizar fraude eminente ao procedimento licitatório. De fato, não há dúvida que a utilização deste artifício tecnológico traz franca desigualdade de disputa com os licitantes que realizam o preenchimento manual por operadores humanos, uma vez que mesmo um profissional treinado não é capaz de receber, compreender e enviar uma nova proposta em milésimos de segundo. O software robô supera a agilidade humana e potencializa, em muito, a chance de vitória, o que é pior, tira qualquer chance de vitória do concorrente humano.

O fato é que há diversas empresas que desenvolvem softwares dessa natureza e as comercializam abertamente em seus websites, justamente com a promessa de que, com o sistema de sistema [sic] de automação de lances, o fornecedor “dobro as chances de vencer uma licitação” e “aumenta o faturamento em até 77%”, ao garantir o arremate apenas de itens com “margem de lucro segura”, portanto o “robô” não traz para a administração pública a proposta mais vantajosa para o ente público, mas na verdade, apenas impede que o licitante humano participe da competição de forma igualitária. **Observe-se que no certame em questão, com objeto licitatório na casa de Dez milhões de reais o robô cobriu o lance final da impetrante em menos de quarenta reais, portanto não trata-se de um lance com intuito não de apresentar uma melhor proposta mas tão somente para impedir a vitória da impetrante.**

Nota-se portanto que é impossível ao ser humano vencer o robô em uma competição de pregão eletrônico sendo que o robô nunca fará lances com o intuito de ofertar a melhor proposta à administração pública, mas tão somente com o intuito de impedir a vitória do concorrente, como bem apontado em seu voto na denúncia feita ao TCE pelo CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO, vejamos.

**Nesse contexto, as empresas que não possuem estes programas, por opção própria ou porque não possuem condições**